

**Ata n.º 20**  
**da Assembleia Representativa da**  
**Ordem dos Contabilistas Certificados**

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Representativa, doravante AR, da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante OCC, no auditório da representação do Porto da OCC, sítio no Largo 1.º de dezembro, n.º 43, tendo a sessão funcionado em formato misto (presencial e videoconferência), com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Antes da Ordem do Dia:** Tempo previsto 95'

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia;   | 10' |
| 2. Informação sobre a presença da Sr. <sup>a</sup> Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho de Supervisão, Conselho Jurisdicional, Conselho Fiscal e de elementos do apoio jurídico; | 5'  |
| 3. Informações e pedidos de esclarecimento.  | 80' |

**Ordem do Dia:** Tempo previsto: 115'

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Aprovação da ata da reunião de 14/03/2025;   | 5'  |
| 2. Dar nota à AR do Relatório Anual do Conselho Diretivo sobre as Remunerações dos membros do Conselho de Supervisão; | 5'  |
| 3. Dar nota à AR do Relatório Anual do Conselho de Supervisão sobre as Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais;   | 5'  |
| 4. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026;   | 85' |
| 5. Leitura e votação da minuta da ata.  | 15' |

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar todos os Srs. Representantes, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os elementos do Conselho Diretivo, do Conselho de Supervisão, do Conselho Jurisdicional e do Conselho Fiscal, a Sr.<sup>a</sup> Provedora dos destinatários dos serviços e os demais colegas nas galerias e, desde logo, informou que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo para efeitos de elaboração da ata, ficando, posteriormente, disponível no micro sítio da AR. Prosseguiu pedindo aos Srs. Representantes que, quando no uso da palavra, iniciassem as suas intervenções com informação do seu nome e número de CC. Mais acrescentou que, aquela AR decorria, como habitualmente, em sistema presencial e telemático e que, a participação por meios telemáticos era suportada legalmente pelo artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, mas agora também pelo n.º 5 do artigo 8.º do Regimento da AR, ficando

tal registo exarado em ata e, nesse sentido, iria abster-se de mencionar, daí em diante, o Código de Procedimento Administrativo, mas apenas o Regimento. Continuando deu nota de que todos os Srs. Representantes foram contactados, inicialmente por correio eletrónico, para os emails institucionais e, posteriormente, por telefone, por forma a confirmarem a sua forma de participação. Informou também que, à semelhança das últimas AR, as votações de todos os assuntos da ordem do dia, seriam realizadas logo após a apresentação e discussão de cada ponto. Mais informou que, para os Srs. Representantes que estavam a participar telematicamente, estava a utilizar-se a plataforma de som e imagem *Zoom* e que, para qualquer dúvida ou questão sobre o acesso ou utilização daquela plataforma deveria ser contatado o Sr. Luís Patuleia, através do telemóvel 960237444, ou pelo email [luis.patuleia@occ.pt](mailto:luis.patuleia@occ.pt). -----

O Sr. Presidente da MAR solicitou ainda aos Srs. Representantes que participavam via telemática, que deveriam manter as câmaras ligadas e ligarem os microfones apenas quando pretendessem usar da palavra para se dirigirem a Assembleia. Mais alertou para a importância de cada um dos Srs. Representantes indicarem na plataforma *Zoom* o seu nome e número de cédula profissional e que, para estes, as votações seriam realizadas através de um formulário que seria disponibilizado, por email, no final da discussão de cada ponto da ordem do dia e ainda que, no caso de representações, aquele formulário deveria ser preenchido duas vezes, uma em nome próprio e outra em nome da representação, permitindo assim a votação do próprio e do representado. Preveniu também que, caso algum dos Srs. Representantes a participar telematicamente pretendesse apresentar à MAR algum requerimento ou declaração de voto, deveria fazê-lo remetendo o respetivo documento para [secretaria.mesa.rm@occ.pt](mailto:secretaria.mesa.rm@occ.pt), e que só poderiam ser considerados os documentos com origem no email oficial do Representante, ou seja, com o domínio [@occ.pt](mailto:@occ.pt). A seguir lembrou, para os Srs. Representantes que participavam presencialmente, que a credenciação ficou disponível a partir das treze horas e quarenta e cinco minutos, sendo a identificação realizada através da cédula profissional ou do cartão de cidadão. Concluindo a sua introdução da sessão, o Sr. Presidente apelou à cordialidade e capacidade de síntese dos intervenientes.-----

Seguidamente o Sr. Presidente da MAR informou que, naquele momento, se encontravam presentes, em sala e a participar à distância, todos os oitenta e quatro Srs. Representantes, o que significava, mais uma vez, um pleno de membros daquela AR. -----

Mais, acrescentou que a Assembleia tinha sido convocada nos termos conjugados do

disposto nos artigos 43.º e 44.º do Estatuto da OCC e do artigo 8.º do Regimento da AR, tendo a convocatória, com a ordem de trabalhos e documentos de suporte, sido endereçada a todos os Srs. Representantes no dia 27 de novembro de 2025 e ficado também, no mesmo dia, disponível no site da OCC.-----

Relativamente ao controlo de presenças, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, o mesmo tinha sido realizado nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Regimento da AR e que, se considera falta do Sr. Representante o atraso não justificado por mais de trinta minutos após o início dos trabalhos, bem como, caso os Srs. Representantes se ausentassem da sala deveriam informar a credenciação, não devendo fazê-lo durante os períodos de votação. Os Srs. Representantes que participavam por meios telemáticos deveriam comunicar a ausência através do *chat* da plataforma, e reembrou ainda que, a ausência da sessão por tempo superior a trinta minutos seria considerada falta, conforme prevê o n.º 3 do artigo 17.º do Regimento da AR, o que, neste caso, também impossibilitaria o Sr. Representante de participar no resto da reunião. -----

Feitas estas considerações iniciais e entrando no **ponto 1** (um) de **antes da ordem do dia, Informação sobre presenças, faltas e representações à Assembleia**, o Sr. Presidente da MAR informou que, naquele momento, estavam a participar na AR, em sala e à distância, incluindo os representados, todos os oitenta e quatro (84) Srs. Representantes.-----

Informou também que, para os efeitos referidos no n.º 5 do artigo 17.º, do Regimento da AR, na última Assembleia, realizada no dia catorze de março de dois mil e vinte e cinco, estiveram também presentes, ou representados, todos os Srs. Representantes, não havendo faltas a registar. -----

No que diz respeito ao **ponto 2** (dois) de **antes da ordem do dia, Informação sobre a presença da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho de Supervisão, Conselho Jurisdicional, Concelho Fiscal, Provedor dos destinatários dos serviços e de elementos do apoio jurídico**, o Sr. Presidente da MAR lembrou que, o n.º 1 do artigo 13.º do Regimento prevê que a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os membros do Conselho Diretivo, os membros do Conselho Fiscal e os membros do Conselho Jurisdicional podem participar facultativamente nas reuniões da AR e obrigatoriamente nas reuniões de aprovação do Relatório e Contas e do Plano de Atividades e Orçamento, doravante PAO. Assim, o Sr. Presidente da MAR informou que se encontravam presentes a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os membros do Conselho Diretivo, o Conselho de Supervisão, o Conselho Jurisdicional e o Conselho Fiscal. Mais informou, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Regimento, que a

MAR estava a ser coadjuvada por um assessor jurídico e por um elemento do *staff* administrativo da OCC afeto à realização da AR, este a fim de apoiar principalmente na plataforma *Zoom*, tendo ainda esclarecido que, em cumprimento do disposto no artigo 14.º do Regimento, a reunião era aberta a todos os membros da Ordem.-----

O Sr. Presidente da MAR, passando ao **ponto 3** (três) de **antes da ordem do dia, Informações e pedidos de esclarecimento**, informou que pretendia dar a palavra aos Srs. Representantes de todos os Círculos, a exemplo do já experienciado em AR anterior, para aqueles ali aportarem a sua atividade junto dos membros, os problemas e opiniões dos ali representados e o que demais pudesse testemunhar a forma como os contabilistas certificados prestam o seu serviço público, reservando quatro minutos para cada intervenção. Assim, propôs dar o uso da palavra a um Sr. Representante de cada Círculo Eleitoral e chamar os Srs. Representantes, para o uso da palavra, por ordem alfabética dos respetivos círculos.-----

De imediato questionou se algum dos Srs. Representantes do Círculo Eleitoral dos Açores queira usar da palavra. Pediu a palavra o Sr.<sup>a</sup> Representante Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro, CC 12255. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro este iniciou sua intervenção destacando a seriedade dos temas em análise, referindo também que, os contabilistas certificados, apesar das dificuldades, não aderiram à greve no dia anterior por sentido de responsabilidade e devido às obrigações fiscais a cumprir. Abordou depois a questão da reduzida participação nas reuniões livres nos Açores, em especial em São Miguel, apontando constrangimentos logísticos, profissionais e alterações de hábitos após a pandemia, bem como uma menor adesão das gerações mais jovens. Defendeu a necessidade de se encontrar um modelo que permita conciliar melhor a participação dos membros, reconhecendo os esforços já desenvolvidos pela Ordem na promoção de formação local. Por fim, referiu o Encontro Insular de Contabilistas nos Açores, lamentando a sua não inclusão no PAO deste ano, mas que aguarda com expectativa para 2027 e, citamos, “*havemos de, até lá, criar um calendário e um programa que seja aliciante*”. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Emanuel Cordeiro e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante João Luís Morcela Rodrigues dos Reis, CC 33583, do Círculo Eleitoral de Aveiro.-----

O Sr. Representante João Morcela dos Reis iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e expressando reconhecimento ao Conselho Diretivo pelo PAO em apreciação, qualificando-o como um documento consistente, mobilizador e ambicioso, suscetível de contribuir significativamente para a evolução da profissão e dos próprios contabilistas certificados.-----

Referiu que a sua intervenção incidia sobretudo sobre um dos vetores estratégicos definidos para 2026 – o “Contabilista 3.0” –, pretendendo reforçar e valorizar essa visão e contribuir para o impulso da mudança que se perspetiva. Recordou o desafio anteriormente lançado pela Sr.<sup>a</sup> Bastonária, no sentido de a classe assumir um objetivo ambicioso, assente na adoção plena das tecnologias disponíveis, com vista ao aumento da produtividade, à otimização dos processos e à libertação de tempo para que a contabilidade possa assumir um papel mais relevante no apoio à gestão dos negócios.--- Sublinhou que esta orientação já se encontra refletida no PAO para 2026 e considerou que a profissão enfrenta uma transformação profunda, que exigirá alterações significativas na forma de trabalhar, de se organizar e no próprio propósito do exercício profissional. Defendeu que uma mudança desta dimensão depende de uma liderança clara, assertiva e mobilizadora, reconhecendo essas características ao atual Conselho Diretivo.-----

Informou ainda que os representantes por Aveiro elaboraram um trabalho intitulado “Contabilista 3.0 – o Caminho da Transformação”, inspirado no modelo de gestão da mudança de John Kotter, o qual enfatiza a importância de mobilizar as pessoas através de uma visão inspiradora e emocionalmente envolvente. Nesse âmbito, irão apresentar um conjunto de oito passos orientadores para apoiar o processo de mudança, não como alternativa às orientações do Conselho Diretivo, mas como um contributo complementar. Concluiu manifestando a total disponibilidade dos representantes por Aveiro para colaborar ativamente com a Ordem, assumindo o compromisso de trabalhar de forma empenhada para que a transformação da profissão seja efetiva, estrutural e duradoura, defendendo que a profissão não deve apenas melhorar, mas transformar-se.-----

Terminada a intervenção do Sr. Representante João Morcela dos Reis, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Edite Laura Mota de Barros Pereira, CC 6164, do Círculo Eleitoral de Aveiro.-----

A Sr.<sup>a</sup> representante iniciou a sua intervenção cumprimentando os Órgãos Sociais e todos presentes. Referiu que, nos últimos meses, no âmbito da entrega da Coleção Essencial e

do Livro da Contabilidade Financeira na região, teve oportunidade de contactar de forma próxima com diversos colegas, recolhendo as suas percepções sobre a profissão. -----

Transmitiu que, de um modo geral, os colegas reconhecem o mérito e a relevância do projeto “Contabilista 3.0”, manifestando abertura à adoção da tecnologia, à automatização de tarefas repetitivas e à valorização de um papel mais analítico e estratégico da contabilidade. Contudo, salientou que também identificou sinais de cansaço acumulado, desmotivação e insatisfação profissional, referindo que alguns colegas, apesar de gostarem da profissão, já não se sentem realizados e chegam mesmo a desencorajar os mais jovens a ingressar na área. -----

Partilhou ainda uma experiência pessoal que ilustra a percepção externa de desgaste associada à profissão, defendendo que a transformação em curso não pode ser apenas tecnológica, devendo igualmente atender ao bem-estar emocional e à valorização dos profissionais. Sustentou que um contabilista mais digital e eficiente deve ser também mais motivado, reconhecido e equilibrado. -----

Concluiu defendendo a integração de medidas de promoção do bem-estar e da felicidade profissional no plano de atividades, com maior proximidade e apoio aos contabilistas, considerando que estas dimensões são essenciais para reter talentos, atrair novas gerações, aumentar a produtividade e assegurar um futuro mais sustentável para a profissão. -----

Terminada a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Representante Edite Pereira, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria Ana Mourão Sargent, CC 26301, do Círculo Eleitoral de Beja. -----

A Sr.<sup>a</sup> Representante Maria Sargent, após cumprimentar os presentes referiu que, pese embora sejam apenas dois representantes em Beja, abrangendo um território vasto e com limitações socioeconómicas, vêm mantendo ainda assim o compromisso de divulgação dos serviços da Ordem. Assinalou melhorias recentes, sobretudo ao nível da formação e das reuniões livres. -----

Identificou, contudo, como principal problema da região a falta de renovação geracional, com escassa entrada de jovens na profissão, bem como a elevada carga de trabalho e exaustão sentida pelos profissionais, em particular nos pequenos gabinetes de contabilidade, onde a ausência de recursos humanos e situações de doença tornam a atividade especialmente exigente. Salientou que as principais dificuldades não se

prendem com falta de informação ou de conteúdos formativos, mas sobretudo com o desgaste profissional e a insuficiência de pessoal. -----

Acrescentou ainda os constrangimentos de conciliação entre a vida profissional e familiar, destacando o impacto acrescido para as mulheres com filhos, concluindo que estes fatores tornam o exercício da profissão particularmente desafiante na região. -----

De imediato o Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria Sargente e deu a palavra ao Sr. Representante Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira, CC 3862, do Círculo Eleitoral de Braga.-----

O Sr. Representante Horácio Ferreira iniciou a sua intervenção felicitando a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e o Conselho Diretivo pelo trabalho desenvolvido ao longo do último ano em benefício da profissão. Referiu que o distrito mantém elevada adesão às reuniões livres, sessões presenciais e ações de formação, salientando a satisfação dos colegas com a crescente proximidade entre a Ordem e os seus membros, o que tem contribuído para o fortalecimento da confiança, da cooperação e do espírito de união.-----

Destacou ainda o papel do consultório técnico, considerando-o um apoio essencial ao exercício profissional, pela clarificação de dúvidas, transparência dos processos e segurança que proporciona aos contabilistas. -----

Concluiu manifestando total disponibilidade dos Representantes do Círculo de Braga para colaborar e participar em encontros ou manifestações de carácter público com as instituições públicas ou privadas em que a Ordem esteja superiormente representada, deixando uma palavra de reconhecimento e agradecimento pelo trabalho realizado.-----

Terminada a intervenção do Sr. Representante Horácio Ferreira, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Gonçalves Rodrigues, CC 48362, do Círculo Eleitoral de Bragança. -----

A Sr.<sup>a</sup> representante iniciou a sua intervenção cumprimentando todos presentes e agradecendo ao Conselho Diretivo pela decisão de repor, a partir de 2026, a realização de duas reuniões livres mensais no distrito, medida que considerou de grande significado para os colegas. Referiu que a anterior redução para uma única reunião mensal gerou preocupação, mas que, após o apelo à mobilização, se verificou um aumento significativo da adesão, com duplicação das presenças, facto que entende ter justificado a reversão da decisão. -----

Transmitiu também preocupações relacionadas com a calendarização das formações eventuais, salientando que, em Bragança, estas têm coincidido frequentemente com períodos de término de prazos para cumprimento de obrigações declarativas, o que dificulta a participação e leva muitos colegas a procurarem formações em distritos vizinhos. Solicitou, por isso, maior atenção à definição de datas e estas mais compatíveis com as obrigações profissionais.-----

Destacou ainda o elevado nível de participação dos contabilistas do distrito nas iniciativas da Ordem, apesar da distância geográfica, referindo as dificuldades logísticas e de custos associadas à deslocação a Lisboa para grandes eventos. Nesse sentido, defendeu a continuidade da política de descentralização dos encontros nacionais, de modo a facilitar o acesso de todas as regiões.-----

Deixou ainda uma breve nota relativamente às expectativas sobre certificação de qualidade e colégios de especialidade. -----

Por fim, transmitiu o pedido de ponderação quanto à possibilidade de realização de atendimento presencial do consultório técnico na delegação de Bragança, sugerindo um dia por mês e terminou reforçando o agradecimento e a disponibilidade dos colegas para colaborar com a Ordem.-----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Rodrigues e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante António Mendes Pinto, CC 1918, do Círculo Eleitoral de Castelo Branco.-----

O Sr. Representante António Pinto iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos aos presentes e justificando a sua ausência física por motivos de força maior. Referiu que pretendia apresentar quatro propostas objetivas, alinhadas com as necessidades identificadas na região.-----

Em primeiro lugar, sugeriu a realização de melhorias nas instalações da delegação de Castelo Branco, ao nível da reestruturação do espaço, equipamentos e condições gerais, de modo a tornar aquele espaço mais digno e funcional, nomeadamente para ações de formação. Propôs igualmente a intervenção no espaço de formação da Covilhã, designadamente na melhoria das condições audiovisuais do auditório, manifestando disponibilidade pessoal para colaborar junto da entidade responsável.-----

Relativamente ao projeto “Contabilista 3.0”, defendeu o reforço de formações orientadas para a contabilidade digital, bem como uma maior articulação com o ensino superior, através da integração de ferramentas digitais e versões pedagógicas de software nas

atividades letivas, com o objetivo de preparar os estudantes desde cedo e atrair novos profissionais para a área. -----

Transmitiu ainda sugestões dos colegas no sentido da realização de formações intensivas, de curta duração, focadas nos códigos fiscais, quer para facilitar a integração de novos profissionais, quer para atualização e reciclagem dos contabilistas com mais experiência. Por fim, propôs a realização de uma futura AR, ou de outro evento científico ou institucional, no interior, nomeadamente no distrito de Castelo Branco, como forma de valorizar simbolicamente estas regiões e reforçar a proximidade da Ordem aos seus membros. Concluiu agradecendo o empenho da Sr.<sup>a</sup> Bastonária e manifestando disponibilidade para continuar a lutar e colaborar em todo esse envolvimento. -----

Terminada a intervenção do Sr. Representante António Pinto, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra ao Sr. Representante Sílvio Carvalho Vilão, CC 3063, do Círculo Eleitoral de Coimbra. -----

O Sr. Representante Sílvio Vilão cumprimentou os presentes e transmitiu que, no âmbito das reuniões e contactos mantidos com os colegas da região, nomeadamente de Coimbra, Lousã e Figueira da Foz, recolheu opiniões e preocupações relacionadas com algumas alterações recentes, em particular dúvidas quanto à aplicação de novos procedimentos associados à Segurança Social, reconhecendo algum pessimismo inicial, mas manifestando confiança num período de adaptação durante 2026 e na normalização da situação posteriormente. -----

Referiu que, de um modo geral, não existem questões de relevo a assinalar, sendo as dificuldades identificadas semelhantes às já sentidas a nível nacional. Destacou ainda que os colegas de Coimbra se mostram globalmente satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela Ordem. Concluiu desejando votos de boas festas a todos os presentes. -----

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Representante Sílvio Vilão e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do Círculo Eleitoral de Évora. -----

O Sr. Representante António Nabo após cumprimentar os presentes informou que iria deixar duas notas e duas ênfases. A primeira nota, no que respeita às reuniões livres em Évora, referiu que têm registado uma participação ligeiramente crescente, ainda que aquém do desejado. -----

A segunda nota, considerando que muitas das matérias debatidas nas reuniões livres de Évora incidem sobre questões relacionadas com património, designadamente em sede de IRS, IMI, IMT e Imposto do Selo, propôs que o Conselho Diretivo considere a elaboração de guias práticos específicos nestas áreas.-----

Em relação às ênfases destacou, como notas positivas, a atenção dada pela Sr.<sup>a</sup> Bastonária às questões da sustentabilidade, evidenciada no Congresso de Aveiro, manifestando a importância de a Ordem acompanhar estas temáticas. Salientou também a publicação do Livro da Contabilidade Financeira, que considerou uma iniciativa relevante, demonstrando expectativa quanto a futuras ações semelhantes. Concluiu agradecendo a atenção e desejando boa tarde a todos.-----

Terminada a intervenção do Sr. Representante António Nabo, o Sr. Presidente da MAR deu, de imediato, a palavra ao Sr. Representante José Alberto de Brito Pereira, CC 30768, do Círculo Eleitoral de Faro. -----

O Sr. Representante José Alberto Pereira cumprimentou os presentes e referiu que, após auscultação dos colegas, não foram apresentadas propostas específicas para esta reunião. Informou que as reuniões livres em Faro e Portimão têm registado boa participação e adesão, avaliando de forma positiva a dinâmica local. Transmitiu, contudo, preocupações manifestadas pelos colegas relativamente às recentes alterações nos procedimentos de comunicação com a Segurança Social e com a Autoridade Tributária, nomeadamente a dupla validação e o novo modelo de comunicação de rendimentos para efeitos contributivos, existindo dúvidas quanto ao impacto destas mudanças, designadamente se trarão simplificação ou, pelo contrário, maior complexidade ao trabalho dos profissionais. Concluiu deixando estas notas e agradecendo a atenção. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante José Alberto Pereira e, de imediato, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Rosa Maria da Silva Dias, CC 67848, do Círculo Eleitoral da Guarda.-----

A Sr.<sup>a</sup> Representante Rosa Dias cumprimentou os presentes e referiu que, na sequência do contacto habitual com os colegas da região, é unânime o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Ordem, destacando o empenho, a dedicação e a proximidade demonstrada para com os membros. -----

Num espírito construtivo, assinalou, contudo, uma necessidade concreta ao nível da delegação da Guarda, nomeadamente a inexistência de microfone e de um sistema

adequado de projeção de som, equipamentos considerados essenciais para a realização das reuniões livres e de pequenas ações de formação. Salientou que esta melhoria, embora simples, poderá ter um impacto positivo na participação, na qualidade das sessões e na valorização do trabalho local. Concluiu agradecendo a atenção e a disponibilidade da Ordem. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Representante Rosa Dias e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante António Cerejo Moreira Caseiro, CC 280, do Círculo Eleitoral de Leiria. -----

O Sr. Representante António Caseiro após cumprimentar os presentes iniciou a sua intervenção transmitindo o agradecimento dos colegas do seu distrito pela qualidade do Livro da Contabilidade Financeira recentemente distribuído pela Ordem. -----

Referiu ainda a necessidade de melhoria das condições da delegação de Leiria, sugerindo a criação de um novo espaço mais adequado. Informou que auscultou os colegas da região, através do envio de centenas de emails, tendo recolhido diversas manifestações de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Sr.<sup>a</sup> Bastonária e pela Ordem. -----

Destacou, contudo, como principal preocupação a simplificação do ciclo contributivo, tema também previsto no plano de atividades, referindo o elevado número de horas já despendidas pelos contabilistas no cumprimento de obrigações fiscais e alertando para o impacto acrescido das novas exigências relacionadas com a Segurança Social. Nesse sentido, apelou à intervenção da Ordem, junto do Governo, no sentido de promover uma efetiva simplificação destes procedimentos, de modo a reduzir a carga administrativa suportada pelos profissionais. Concluiu apresentando estes pedidos e agradecendo a atenção. -----

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu ao Sr. Representante António Caseiro e informou que havia três pedidos de intervenção relativos ao círculo de Lisboa, incluindo o seu próprio, apelando aos intervenientes para que fossem sintéticos nas respetivas intervenções e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante Nelson Alexandre Ferreira, CC 27265, do Círculo Eleitoral de Lisboa. -----

O Sr. Representante Nelson Ferreira, em nome dos membros eleitos pelo distrito de Lisboa, tomou a palavra para dar voz à realidade profissional específica daquele distrito, caracterizado por uma elevada densidade populacional, económica, administrativa e empresarial. Referiu que Lisboa concentra uma parte significativa da atividade

económica nacional, reunindo um elevado número de empresas, grande diversidade setorial, entidades públicas, multinacionais e grupos empresariais, o que se reflete numa atividade profissional particularmente intensa para os contabilistas certificados.-----

Salientou que esta realidade impõe elevados níveis de exigência técnica, prazos apertados e uma constante necessidade de adaptação a sucessivas alterações fiscais, contabilísticas e laborais. Destacou ainda a coexistência de grandes gabinetes estruturados com uma maioria de pequenos e médios escritórios, muitos deles de prática individual ou com equipas reduzidas, situação que acentua desigualdades no acesso a recursos, tecnologia e capacidade para suportar os custos associados ao cumprimento das obrigações legais e regulamentares.-----

Referiu igualmente que os profissionais do distrito enfrentam um contexto de forte exposição ao risco, designadamente maior escrutínio por parte de clientes, entidades financiadoras e administração pública, bem como uma frequência acrescida de situações complexas e atípicas e pressão concorrencial nem sempre assente em critérios de qualidade e ética profissional. Acrescentou que a proximidade aos centros de decisão administrativa e fiscal não se traduz necessariamente em maior clareza normativa, sendo, muitas vezes, os contabilistas de Lisboa os primeiros a lidar com interpretações divergentes, procedimentos experimentais e orientações ainda em consolidação.-----

Sublinhou como preocupação recorrente o reconhecimento do papel central do contabilista certificado quanto garante da conformidade, da fiabilidade da informação e do interesse público, num contexto em que as responsabilidades e os riscos profissionais continuam a aumentar de forma assimétrica face aos meios disponíveis, situação que em Lisboa se encontra particularmente amplificada pela escala e complexidade do tecido económico.-----

Concluiu defendendo a importância de a Ordem continuar a escutar ativamente as especificidades territoriais e a valorizar o contributo dos representantes distritais como elo de ligação entre os órgãos nacionais e a realidade do exercício profissional no terreno, manifestando a total disponibilidade dos representantes de Lisboa para colaborar de forma construtiva, leal e responsável, transmitindo as preocupações, expectativas e propostas dos colegas que representam, e deixando votos de boas festas a todos os presentes.-----

Antes de passar a palavra ao Sr. Representante Daniel Pedro de Matos Albuquerque, do Círculo Eleitoral e Lisboa, CC 2403, o Sr. Presidente da MAR tomou a palavra para

partilhar uma preocupação que vem manifestando há algum tempo, relacionada com a modernização tecnológica da profissão. Referiu ter abraçado desde o início o desafio do “Contabilista 2.0” e manifestou a intenção de igualmente apoiar o “Contabilista 3.0”, salientando que uma das vertentes essenciais destes projetos é a automatização de processos e a utilização de soluções tecnológicas que simplifiquem o trabalho dos contabilistas.-----

Destacou a existência no mercado de softwares de tratamento e gestão de obrigações que permitem ganhos significativos de eficiência e poupança de tempo, dando como exemplo a submissão e emissão automática de múltiplas guias de pagamento, tarefas executadas em escassos minutos que, de forma manual, consumiriam várias horas ou mesmo um dia de trabalho. Salientou que estas ferramentas assentam na integração com os portais da Autoridade Tributária e da Segurança Social, através de *webservices*, permitindo a recolha automática de informação, verificação de pagamentos, obtenção de certidões e outras operações rotineiras.-----

Manifestou, contudo, preocupação com as novas exigências de segurança, nomeadamente a dupla autenticação, alertando que a eventual limitação do acesso automatizado aos portais poderá representar um retrocesso significativo e um aumento substancial da carga de trabalho para os profissionais. Nesse sentido, apelou à continuação dos esforços da Ordem junto da Autoridade Tributária e da Segurança Social para garantir o desenvolvimento e manutenção dos *webservices* necessários.-----

Concluiu reafirmando a importância de assegurar que a evolução para o “Contabilista 3.0” não comprometa os ganhos de eficiência já alcançados com a digitalização e automatização de processos.-----

De imediato o Sr. Presidente da MAR deu a palavra ao Sr. Representante Daniel Pedro de Matos Albuquerque, CC 2403, do Círculo Eleitoral de Lisboa.-----

O Sr. Representante Daniel Albuquerque após cumprimentar os presentes destacou a relevância do PAO da Ordem, sublinhando que se trata de um documento estratégico que não deve permanecer inativo, dada a crescente pressão sobre a profissão, particularmente nas pequenas empresas, face à concorrência das grandes organizações de contabilidade.

Referiu que o Plano contém informações essenciais, sobretudo entre as páginas 18 e 23, relativas aos vetores estratégicos e ao conceito do “Contabilista 3.0”, que traça a evolução do contabilista tradicional para o digital e, finalmente, para o contabilista 3.0. Alertou que muitos profissionais ainda não alcançaram esta transformação digital e que a

implementação dos princípios do Contabilista 3.0 será determinante para enfrentar os desafios futuros. -----

Encorajou os colegas a divulgarem estas ideias junto dos seus gabinetes, envolverem os funcionários, estabelecerem métricas e incorporarem os princípios do Plano nas agendas de trabalho, digitais ou manuais, de forma a promover a adoção prática das orientações ao longo do ano de 2026, salientando que esta implementação poderá transformar significativamente o futuro da profissão. -----

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Representante Daniel Albuquerque e deu a palavra ao Sr. Representante Nuno Miguel da Costa Tavares, CC 62777, do Círculo Eleitoral de Portalegre. -----

O Sr. Representante Nuno Tavares cumprimentou os presentes e destacou a relevância do trabalho da Ordem, sublinhando que os distritos do interior são tratados de forma igualitária, o que é particularmente valorizado num contexto de tecido económico débil, envelhecido e com relativamente poucos contabilistas certificados. -----

Referiu que, tal como noutras regiões, os profissionais de Portalegre enfrentam dificuldades relacionadas com a carga de trabalho, problemas técnicos e pressões de tempo, refletindo preocupações semelhantes às expressas por colegas de outros distritos, como Beja. -----

Enfatizou a importância de integrar os jovens contabilistas na profissão, reconhecendo que, embora nem sempre participem em reuniões livres ou formações, trazem competências e perspetivas distintas que devem ser valorizadas. Alertou para a dificuldade em passar o testemunho entre os profissionais mais experientes e os novos, considerando crucial mesclar a experiência dos contabilistas veteranos com o contributo dos jovens, garantindo a continuidade e a sustentabilidade da profissão. -----

Concluiu sublinhando que este desafio será determinante para os próximos anos e transmitiu votos de boas festas a todos. -----

De imediato o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Representante António Jorge Gomes de Azevedo, CC 5130, do Círculo Eleitoral do Porto. -----

O Sr. Representante Jorge Azevedo, após cumprimentar todos os presentes, destacou o grupo do Porto como coeso, participativo e atento às várias atividades da Ordem. Referiu que os profissionais do Porto têm participado activamente nas reuniões livres realizadas na cidade e em localidades próximas, como Amarante e Penafiel, e têm auscultado os

colegas, trazendo sugestões e preocupações que são geralmente encaminhadas e acolhidas pela Ordem. Observou que, embora algumas iniciativas, como o Festival do Contabilista do Porto, não tenham sido implementadas, outras medidas foram bem recebidas e atendidas. -----

Continuando sublinhou algumas das preocupações mais frequentes dos colegas, começando pela dupla autenticação e mudanças na Segurança Social, que já têm sido discutidas nas reuniões livres. Acrescentou questões relacionadas com o envio do SAF-T da contabilidade, alertando que os prazos atuais – por exemplo, apenas dois dias úteis para o envio em janeiro – são insuficientes, prejudicando a qualidade do trabalho e o equilíbrio dos profissionais, e sugeriu que estes prazos sejam estendidos para pelo menos quatro dias úteis, garantindo condições para cumprir com rigor. -----

Destacou ainda problemas nas comunicações da Segurança Social, como os emails sem identificação adequada, que acabam muitas vezes por ir para o lixo, dificultando o acesso a informações importantes, incluindo certidões e verificações de incapacidade. Reforçou que, embora tenha havido melhorias, é necessário continuar a aperfeiçoar esses processos, para que a comunicação seja clara, eficiente e segura. -----

No âmbito institucional, elogiou o Conselho Diretivo pelo trabalho de implementação dos novos estatutos e regras obrigatórias, como a formação de boas práticas e o seguro de responsabilidade civil. Reconheceu que se tratou de um trabalho complexo, hercúleo, sujeito a muitas opiniões divergentes e a uma histórica ausência de cumprimento dessas regras, mas que foi bem gerido, trazendo resultados positivos. Destacou a coragem, a paciência e a sapiência do Conselho Diretivo e sublinhou a importância de dar continuidade a este processo, garantindo que os requisitos obrigatórios sejam realmente cumpridos, evitando que medidas importantes sejam implementadas apenas parcialmente. Concluiu reforçando que, apesar das dificuldades, a Ordem tem acompanhado de perto os profissionais, procurando minimizar os problemas e assegurar que o trabalho desenvolvido seja eficaz e relevante para os contabilistas certificados, mantendo a qualidade das ações e das comunicações institucionais. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Jorge Azevedo e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante Mário Paulo Baptista Cabêda, CC 477, do Círculo Eleitoral de Porto. -----

O Sr. Representante Mário Cabêda iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da MAR e, por sua via, todos os membros e colegas presentes na Assembleia.

Informou que, embora a sua intervenção original tivesse cerca de 20 minutos, procurou ser objetivo e resumir o conteúdo, estruturando-o em quatro pontos principais e prometeu uma leitura rápida. E continuou, citamos, “*Eu procuro sempre que as minhas palavras sejam melhores que o meu silêncio. Colegas, o que é que nos distingue? O que é que nos define? Souberam que o Cabêda foi acusado de ser cobarde? O que são competências exclusivas, atos próprios dos CCs? O que nos distingue, diz a ciência, é o género. O que nos define? Na minha opinião, o que falam de nós ou como reagimos quando falam de nós. O nosso carácter, a nossa personalidade, está no comportamento ação-reação ou nos comentários que ecoam. Souberam hoje que o Cabêda foi acusado de ser cobarde. Mas o mais importante é o saberem o motivo pelo qual foi chamado cobarde. Hoje não tenho tempo, ficará para uma próxima. O que são competências exclusivas, atos próprios dos CCs? De acordo com o artigo 10.º, n.º 1, alínea b), inclui a assinatura das demonstrações financeiras. Feita esta introdução, começo por agradecer, sem demagogia, aos colegas do distrito do Porto que unanimemente votaram a expulsão dos grupos do WhatsApp. Eu já tinha a carta de demissão pronta para enviar ao senhor Presidente da Mesa, mas com a vontade unânime manifestada pelos colegas do Porto, eu percebi o porquê de ter que ficar. Assim, foi percutível a incompreensão do meu voto, mas não por todos, pelos vários telefonemas que recebi, e envio desde já o meu obrigado a esses colegas por não terem revelado o verdadeiro motivo do meu voto, respeitando assim a minha vontade. Usando de um conselho de alguém presente, passo a citar: “Cabêda, deves usar a linguagem percutível ao destinatário”. Fim de citação. Colegas, eu não conheço o destinatário ou os vários destinatários. Mas há uma coisa que eu tenho que assumir perante vós, eu votei abstenção, porque tenho o poder de votar a abstenção. Que normativo viole? Não encontrei no Regimento ou em outro diploma a obrigação do sentido de voto. Colegas, até aqui a minha mensagem foi fácil. Agora vem a parte mais difícil. O meu verdadeiro sentido de voto. Ele nasceu no dia 7 de dezembro de 2023. Alguém se lembra desse dia? Dias antes da Assembleia, eu fiz as seguintes perguntas à minha consciência:...”*

O Sr. Presidente da MAR interrompeu o Sr. Representante e pediu-lhe que fosse breve na sua intervenção, tanto mais que, no seu entender, os assuntos ali expostos pelo Sr. Representante eram de natureza pessoal. Logo o Sr. Representante prometeu ser rápido e assegurou que não se tratava de assuntos pessoais, mas algo muito grave e retomou a sua intervenção, citamos, “*Tens motivo para votar a aprovação? A minha consciência disse “não, não tens motivos”. Portanto, eu não votei a aprovação porque a minha consciência não me permitiu. Apesar das demonstrações financeiras não*

*estarem assinadas por um CC. Não será uma competência exclusiva, ato próprio, a assinatura das demonstrações financeiras? Pergunta seguinte à minha consciência: votar a favor? Tens motivos? Resposta da minha consciência “fico desconfortável”. E aqui vem o pulo do gato. Quando a Lei 68/2003 foi publicada, com ela surgiu um novo órgão, a Supervisão. Já na altura, em 2024, eu passo-me a citar a mim próprio “o novo órgão só adquire personalidade jurídica na tomada de posse dos elementos que saírem do sufrágio universal e este pode ser composto por vários elementos de várias listas. O que vai colocar no órgão uma pressão muito forte. Vejam o artigo 42.º, n.º 1, a alínea c) do Regulamento Eleitoral. Daí a possível... “ Naquele momento o Sr. Presidente da MAR interpelou de novo o Sr. Representante Mário Cabêda solicitando-lhe contenção nos assuntos ali trazidos, por entender que aquela matéria não se enquadrava no âmbito dos trabalhos da AR. O Sr. Representante sustentou a relevância do assunto e a necessidade de o expor naquele momento, alegando não lhe terem sido proporcionados outros canais de diálogo. O Sr. Presidente da MAR reiterou que a definição da pertinência das matérias a tratar competia à MAR e que existiam meios e instâncias próprias para apresentação de reclamações ou questões de natureza individual, salientando ainda a necessidade de cumprir os tempos estabelecidos para as intervenções, já ultrapassados. Perante essa indicação, o Sr. Representante prometeu ser breve e continuou, citamos, “O voto não tem que ser justificado, sobretudo para quem não quer ouvir, mas tem que ser aceite. Restou-me a abstenção. Sobre os pilares da minha consciência, eu não entrarei em retóricas ou em contradições. Devemos assumir os erros e não declinar a terceiros. Deixo para vossa reflexão a leitura do n.º 5 do artigo 11 do Regulamento. Na minha opinião, este diploma, ao ser aprovado por vós no mandato anterior, permitiu dar a vitória na secretaria à lista única. Também peço aos colegas desta Assembleia para lerem o artigo 10.º do Estatuto atual, pois ficarão na história desta instituição por terem aprovado, sem as assinaturas de Contabilista Certificado, as demonstrações financeiras. Tanto lutamos pela competência exclusiva, quando decidimos... e vou já terminar, senhor Presidente. Quando decidimos julgar sem a informação adequada, ficamos presos à sentença. Quando decidimos com objetivos de agradar, revelamos falta de independência. Em nenhum momento, colegas, eu me comprometi em alienar o meu património intelectual. Assim, termino com duas mensagens e uma nota de rodapé. “O que será da política sem princípios?” Todos conhecem quem foi o autor desta mensagem. Esta é da minha autoria: que a humildade não se desprenda da condição humana. Nota de rodapé: espero, desta forma, ter despertado em vós que deve sempre haver uma razão não emocional para*

*condicionar as opções. Tinha mais para dizer, mas respeitando a vontade do senhor Presidente, desejo a todos umas boas festas. Obrigado.” -----*

De imediato o Sr. Presidente da MAR deu a palavra ao Sr. Representante Manuel Joaquim Borralho Ramalho, CC 15504, do Círculo Eleitoral do Santarém. -----

O Sr. Representante Manuel Ramalho cumprimentou o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e todos os colegas presentes. Referiu que as reuniões livres em Santarém têm registado uma excelente participação, destacando o mérito dos formadores e a qualidade da condução dessas sessões. Sublinhou, ainda, a necessidade de se criar uma formação específica em segurança da informação, salientando que, apesar da digitalização crescente e da rapidez com que os processos se realizam, muitos gabinetes de contabilidade carecem de apoio técnico para gerir e proteger corretamente os dados, pelo que esta formação seria uma medida valiosa para garantir a segurança e a integridade da informação. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Manuel Ramalho e, de imediato, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Sílvia Maria da Silva Moço, CC 85536, do Círculo Eleitoral de Setúbal. -----

A Sr.<sup>a</sup> Representante Sílvia Moço saudou o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os colegas e todos os membros presentes, transmitindo uma saudação em nome dos contabilistas do seu distrito. Referiu que os Representantes de Setúbal têm desenvolvido uma atividade contínua e próxima dos colegas, acompanhando formações, reuniões livres e outros eventos no distrito, assim como participando na distribuição das publicações da Ordem, incluindo as Coleções Essenciais e o Livro da Contabilidade Financeira. Destacou uma reunião realizada em Santiago do Cacém, em que foram transmitidas preocupações idênticas e comuns a Beja, Portalegre e Évora, tais como a necessidade de mais formação de contabilidade; formações online divididas, sugeriu, em ciclos de 4 horas, em dois dias, para que os trabalhos pudessem ser mais fluidos; de honorários justos para os serviços prestados, de acordo com o seu isolamento e com a realidade local diferente da dos grandes centros urbanos; a problemática da autenticação e a dificuldade do tratamento da declaração Modelo 30, no acesso à identificação fiscal dos prestadores de serviços. Além do mais, os colegas, elogiaram e valorizaram o novo formato de apresentação da formação com base nos casos práticos, bem como o trabalho que a Ordem tem vindo a desenvolver em prol de todos os contabilistas certificados. Finalizou desejando a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. -----

O Sr. Presidente do MAR, informou que os dois colegas de Viana do Castelo se encontravam representados, pelo que, se presumia não tinham qualquer comunicação a veicular naquela AR e, ato continuo, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Pinto Borges, CC 64773, do Círculo Eleitoral de Vila Real.-----

A Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Borges saudou o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os demais membros dos Órgãos e os colaboradores da Ordem, destacando o empenho e dedicação que têm tornado a Ordem cada vez mais uma referência na defesa da profissão e na valorização dos contabilistas certificados. -----

Referiu que, através de contactos com colegas do distrito, tanto em reuniões livres como por telefone, foram recolhidos contributos que refletem preocupações práticas e reais do exercício profissional, merecendo ser partilhados e debatidos. Entre as questões destacadas, salientou a problemática da assinatura de declarações dos órgãos de gestão pelos contabilistas certificados. Embora não seja obrigatório, alguns revisores continuam a exigir esta assinatura, colocando os contabilistas numa situação delicada perante os clientes. Para resolver esta questão, sugeriu a criação de duas declarações distintas: uma dirigida exclusivamente aos órgãos de gestão, refletindo as suas responsabilidades, e outra destinada aos contabilistas certificados, ajustada ao seu âmbito de funções e obrigações. Esta medida permitiria aumentar o rigor, a transparência e a segurança no exercício da profissão, evitando que os contabilistas fossem indevidamente responsabilizados por matérias que excedem as suas competências.-----

Continuando sublinhou ainda a importância de reforçar a atenção dos contabilistas certificados relativamente ao relato financeiro, dada a crescente complexidade do CNC. Muitos profissionais ainda encontram dificuldades em identificar de forma clara todas as informações que devem ser reportadas, o que eleva o risco de omissões ou erros. Apesar da formação já existente, considerou fundamental que a Ordem continue a dar destaque a esta temática, pois a qualidade da informação prestada depende do correto entendimento do que deve ser reportado, garantindo não apenas o cumprimento das normas contabilísticas, mas também a confiança das entidades e da sociedade.-----

Outro ponto destacado foi a necessidade de descentralizar eventos institucionais da Ordem, como congressos e conferências, atualmente concentrados sobretudo em Lisboa e Porto. A Sr.<sup>a</sup> Representante defendeu que levar estas iniciativas a outras cidades permitiria envolver mais colegas, aumentar a visibilidade das diferentes realidades regionais e reforçar o sentido de pertença à Ordem. Esta proximidade, explicou, é

determinante para valorizar o papel dos contabilistas em todo o território nacional e para fortalecer a ligação entre a Ordem e os seus membros. -----

Concluiu a sua intervenção reforçando que estas propostas visam não apenas resolver problemas práticos do dia a dia, mas também preparar o futuro da profissão, promovendo a participação ativa dos contabilistas certificados e a coesão da Ordem. Finalizou endereçando votos de um Feliz Natal e um próspero Ano Novo a todos os presentes.----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Borges e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante João Carlos Simões Figueiral, CC 61756, do Círculo Eleitoral de Viseu. -----

O Sr. Representante João Figueiral iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, os restantes membros dos Órgãos e todos os participantes, incluindo os que assistiam remotamente. Como último orador, destacou sentir o “privilegio” de poder sintetizar as preocupações que ainda não tinham sido transmitidas com a devida ênfase. -----

A principal mensagem que trouxe foi de gratidão, refletindo o sentimento predominante entre os colegas do seu distrito. No entanto, assinalou três preocupações específicas. A primeira relaciona-se com a transição para o “Contabilista 3.0”, especialmente nos gabinetes de menor dimensão, que enfrentam dificuldades em acompanhar as mudanças tecnológicas e regulatórias, como a digitalização, a dupla autenticação e as novas exigências da Segurança Social e da AT. Muitos colegas sentem-se apreensivos perante estas transformações, que geram dúvidas e ansiedade sobre a adaptação necessária. ----

A segunda preocupação prende-se com a complexidade crescente da profissão. O Sr. Representante destacou que, ao longo do tempo, o número de regulamentos, normas e obrigações aumentou significativamente, tornando o exercício da profissão mais denso e difícil de acompanhar. Alguns colegas sugerem que seria útil procurar formas de simplificar e condensar a regulamentação, de modo a tornar o cumprimento mais claro e acessível. O terceiro ponto refere-se à uniformização do tratamento dos profissionais, independentemente da dimensão do seu gabinete. Tradicionalmente, colegas de gabinetes menores eram sujeitos a um tratamento diferenciado, muitas vezes com custos proporcionais à sua dimensão. Atualmente, observou-se uma maior equiparação entre todos os contabilistas, o que implica que os encargos e responsabilidades estão mais repartidos, sem distinção baseada no tamanho do escritório.-----

Concluiu enfatizando que estas questões refletem preocupações reais e práticas de colegas de Viseu, especialmente daqueles em gabinetes mais pequenos, e que merecem atenção no âmbito das políticas e iniciativas da Ordem. -----

Aqui chegados, o Sr. Presidente da MAR questionou se mais alguém pretendia usar da palavra, tendo o Sr. Representante Bruno Alexandre da Rocha Silva, CC n.º 45514, do Círculo Eleitoral do Porto, pedido para intervir.-----

O Sr. Representante Bruno Silva iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da MAR e a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e, continuando, disse que, embora não tivesse inicialmente previsto falar, sentiu-se na obrigação de abordar um tema que o tocou profundamente e que já tinha sido levantado anteriormente: a instalação de corrimões nas instalações da Ordem. -----

Ele explicou, com humor e vivacidade, as dificuldades que surgiram na implementação da solução, desde a necessidade de elaborar desenhos técnicos até à obtenção de orçamentos e a escolha do material adequado, considerando que o local em questão é em *pladur* e exige uma solução técnica específica. Destacou ainda que, apesar dos obstáculos, já foram tomadas medidas: os técnicos vieram tirar as medidas e uma solução está em curso.-----

Concluiu a intervenção de forma bem-humorada, prometendo aos colegas que, caso os corrimões não sejam instalados dentro de um ano, se sujeitará a um castigo simbólico — permitindo que lhe rapem o cabelo. A intervenção, marcada pelo tom leve e pessoal, reforçou a importância de pequenas melhorias práticas para o conforto e segurança de todos nas instalações da Ordem. -----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Bruno Silva e deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, apelando à sua capacidade de síntese. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária iniciou a sua intervenção com saudações formais ao Sr. Presidente da MAR, aos membros da AR presentes, aos demais Órgãos Sociais, colaboradores e todos os participantes, incluindo os Srs. Representantes a acompanhar a sessão remotamente. Agradeceu o reconhecimento expresso nas intervenções sobre o trabalho da Ordem, sublinhando que tal reconhecimento reforça a confiança dos contabilistas certificados e permite ao Conselho Diretivo apresentar-se de cabeça erguida perante os colegas, refletindo a valorização do trabalho diário da Ordem.-----

Em resposta ao Sr. Representante Manuel Ramalho do Círculo de Santarém, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária reconheceu a sugestão de implementar formação prática sobre segurança e salvaguarda de informação, destacando que, apesar da digitalização oferecer mais meios e ferramentas, muitos gabinetes carecem de apoio especializado. Assinalou que a Ordem pode contribuir com cursos, guias práticos e orientação, de forma a minimizar riscos de perda de informação e reforçar competências essenciais para a profissão. -----

Quanto ao ali veiculado pela Sr.<sup>a</sup> Representante Silvia Moço, do Círculo de Setúbal, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária enalteceu o envolvimento ativo dos representantes na auscultação dos colegas durante formações, reuniões livres e eventos distritais. Destacou as realidades periféricas, como Santiago do Cacém, que apresentam desafios específicos. Referiu questões no âmbito da autenticação digital, modelo 30 e acesso à identificação fiscal de prestadores de serviços, e considerou pertinentes as sugestões de dividir a formação online em ciclos de 4 horas e de manter o enfoque em casos práticos. Reforçou ainda a preocupação com a adequação do preço dos serviços à realidade local. -----

Em relação às questões aludidas pela Sr.<sup>a</sup> Representante Maria João Borges, do Círculo Eleitoral de Vila Real, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu que os contabilistas certificados não são obrigados a assinar o relatório do órgão de gestão, devendo limitar-se às responsabilidades que lhes competem. Sublinhou a necessidade de se diferenciar, claramente, as funções do contabilista das responsabilidades do órgão de gestão, garantindo maior rigor, transparência e segurança no exercício profissional. Destacou ainda a importância do relato financeiro e da formação contínua, essencial para que os contabilistas identifiquem corretamente todas as informações a reportar, reduzindo riscos de omissões ou incorreções. -----

Respondendo aos assuntos abordados pelo Sr. Representante João Figueiral, do Círculo Eleitoral de Viseu, designadamente, questões relativas ao projeto “Contabilista 3.0” e, ainda, a digitalização e as alterações no *modus operandi* da Segurança Social e da Autoridade Tributária, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária reconheceu a ansiedade especialmente dos pequenos gabinetes e assegurou que a Ordem acompanha essas mudanças de forma diária, intervindo junto das entidades públicas sempre que necessário. Explicou a implementação de *webservices* e subutilizadores, permitindo aos contabilistas aceder aos sistemas, de forma ágil e segura, sem depender do duplo fator de autenticação dos clientes. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária dirigiu ainda umas palavras ao discurso do Sr. Representante Mário Cabêda, do Círculo Eleitoral do Porto, considerando uma enorme cobardia referir-se ao Relatório e Contas como não estando assinado pelo contabilista certificado, bem sabendo

que se tratou de um lapso de impressão e, ainda, ter afirmado que todos assinaram um documento ilegal, pormenor que todos os presentes não se tinham apercebido, nem mesmo o Conselho Fiscal. Ato contínuo, solicitou à contabilista certificada responsável, há muitos anos, pelas contas da Ordem, Ana Teresa Pina, que confirmasse que as demonstrações financeiras e demais documentos respeitantes às contas do exercício de 2024 tinham por ela sido subscritas, o que, por aquela, foi prontamente confirmado. Mais acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, se os Srs. Representantes trazem para a AR questões pessoais não estão a representar o grupo de contabilistas do distrito que representam e que, perante dúvidas estará sempre disponível para as esclarecer. Reforçou a importância da lealdade e da verificação prévia das informações, repudiando acusações infundadas e destacando a confiança na atuação dos órgãos da Ordem. -----

De forma transversal, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária refletiu sobre a complexidade crescente da profissão, o aumento das responsabilidades, a pressão diária e o desgaste profissional. Sublinhou a necessidade de gestão eficiente dos gabinetes, organização do volume de clientes e aproveitamento dos meios tecnológicos disponíveis, afirmando que a Ordem continuará a trabalhar para simplificar processos sempre que possível, intervir junto do Governo e das entidades públicas, e garantir que a profissão se exerça de forma eficaz e valorizada, servindo a economia e a sociedade. -----

Referiu ainda que todas as propostas e questões apresentadas pelos Srs. Representantes foram registadas e serão tratadas de forma estruturada, com respostas individuais quando necessário. Sobre a descentralização de eventos e encontros, ponderou logística, custos e condições de acesso, explicando que nem sempre é possível deslocar todas as iniciativas para o interior, mas que a Ordem procura equilibrar a proximidade com a sustentabilidade financeira. -----

Concluiu a intervenção reforçando a confiança, motivação e empenho da Ordem em continuar a apoiar e valorizar a profissão, destacando que todas as ações visam simplificar o trabalho do contabilista certificado, proteger a integridade da prática profissional e garantir que a Ordem continue a ser uma referência sólida para todos os membros da classe. -----

Recuperando a palavra, o Sr. Presidente da MAR comunicou que já tinha transmitido pessoalmente ao Sr. Representante Mário Cabêda que deveria ter questionado diretamente o Conselho Diretivo. -----

Imediatamente, o Sr. Representante Mário Paulo Baptista Cabêda, CC 477, do Círculo Eleitoral de Porto, pediu para usar da palavra em defesa da sua honra, tendo-lhe sido disponibilizado um minuto, reiterando o Sr. Presidente da MAR que, em seu entender, os problemas se resolvem falando diretamente com as pessoas envolvidas. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Mário Cabêda este referiu que, em nenhum momento se tinha referido à falta de assinatura, mas que o verdadeiro motivo da sua mensagem foi a falta de independência. -----

O Sr. Presidente do MAR renovou que, se o colega pretendia apresentar queixa que o deveria fazer junto dos órgãos competentes e não naquele local. -----

Esgotado o período de antes da ordem do dia passou-se de imediato ao **ponto 1 (um) da ordem do dia**, *Aprovação da ata da reunião de 14 de março de 2025*, versão atualizada após os reparos acolhidos, que foi entregue aos Srs. Representantes aquando da acreditação e publicada no site da Ordem, informou o Sr. Presidente da MAR, mais propondo a dispensa da leitura, já que foi também oportunamente enviada e todos os Srs. Representantes. -----

Passando-se à votação, a ata da AR de 14 de março de 2025, foi aprovada por unanimidade, com oitenta e quatro (84) votos a favor, sem votos contra e sem abstenções.

De imediato, o Sr. Presidente da MAR seguiu para o **ponto 2 (dois) da ordem do dia**, *Dar nota à AR do Relatório Anual do Conselho Diretivo sobre as Remunerações dos membros do Conselho de Supervisão*, documento presente na documentação entregue aos Srs. Representantes, esclareceu o Sr. Presidente da MAR que, de imediato, questionou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária se, relativamente a este documento, pretendia acrescentar alguma coisa.-

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária não pretendeu usar da palavra, pelo que o Sr. Presidente da MAR passou ao **ponto 3 (três) da ordem do dia**, *Dar nota à Assembleia de Representantes do Relatório Anual do Conselho de Supervisão sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais*. O Sr. Presidente da MAR questionou a Sr.<sup>a</sup> Presidente do Conselho de Supervisão se pretendia usar da palavra, a mesma optou também por não o fazer. -----

Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente da MAR passou ao **ponto 4 (quatro) da ordem do dia**, *Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026*, para o que deu, de imediato, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, para a sua apresentação.-----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária iniciou a sua explanação fazendo alusão à frase “*tantas vezes nós pensamos ter chegado e tantas vezes é preciso ir mais além*”, e daí, acrescentou, ter nascido o “Contabilista 3.0”, para acompanhar o reforço da qualificação, atração e valorização da profissão e, obviamente, a necessária transformação digital e inovação ao serviço dos membros. Começou-se com o contabilista tradicional, o 1.0, com os registos manual de documentos, processos repetitivos, foco no cumprimento fiscal e informação disponibilizada já *a posteriori*, sendo o objetivo garantir a conformidade fiscal e contabilística e pouco mais. Com as ferramentas informáticas, foi atingido um outro patamar, o do “Contabilista 2.0”, utilizando *softwares* de gestão, integrações, já com automatizações parciais; integração de dados da AT; do e-fatura; de bancos e com trabalho mais rápido e organizado. A literacia digital permitiu ter competências para ir mais além, na interpretação de dados; nos processos eletrónicos; no aumento da informação e da eficiência e na redução dos erros e dos tempos de trabalho, fundamentais para fazer face ao aumento e excesso de obrigações a cargo das empresas, que os contabilistas cumprem em seu nome. Ainda assim, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, por muita otimização que se tenha, mesmo com tecnologias muito mais avançadas, estamos todos aqui neste patamar do 2.0, sem o conseguir ainda ultrapassar. Questionando, de seguida, citamos, “*E onde é que queremos chegar? Que é este “Contabilista 3.0” que queremos lançar?*”. Deseja-se que o “Contabilista 3.0” avance e seja um virar de página, que o contabilista seja analítico e consultor, com inteligência prática, o que apenas será possível com uma automação avançada, *dashboards* em tempo real, foco em análise e estratégia, acompanhamento contínuo de um negócio, dedicando-se à análise financeira, consultoria de gestão, utilizando todas as ferramentas digitais avançadas para que tudo se torne exequível. Continuando a sua explanação, disse que, prevê-se que a comunicação com os clientes apresente uma visão estratégica, muito mais global, com o propósito de criar valor, apoiar decisões e ser parceiro estratégico, diminuindo tarefas redutoras, projetar o futuro, articular, preparar e antecipar a resolução de problemas. Tudo só será possível com a alteração de diversa legislação, acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. É preciso transformar dados em decisões, antecipar problemas e oportunidades, simplificar a complexidade, apoiar as decisões operacionais, incrementar a eficiência e a organização, integrar tecnologia para criar valor e ser conselheiro de confiança. É, no entanto, preciso preparar o caminho. Mais disse que, nos próximos meses o foco do trabalho será na central de dados, central de consentimento e otimização de processos e tempo de trabalho. O documento que foi apresentado ao Governo, que não consta do plano de atividades e orçamento, partilhado

com a Assembleia, mas não será publicamente divulgado, porque é um trabalho interno e que se deseja que se concretize, porém, para tal será necessário que haja alteração legislativa especialmente no que respeita a proteção de dados e que a central de dados fique concentrada em alguém. Mais esclareceu que, os documentos devem estar centralizados, não esquecendo que, pelo menos, 30% das tarefas dos contabilistas certificados, que conduzem à sua exaustão e desmotivação, se resumem a andar atrás de documentos, que é uma empreitada redutora. É necessário que todas as entidades que se relacionam com a empresa, desde bancos, IRN, notários, seguradoras, ASF, ACT, Segurança Social, turismo, IAPMEI, centralizem a informação, numa central de dados, sendo o consentimento a chave de tudo isto, devendo o empresário dar o aval a quem pode consultar as informações. Isto significa que o contabilista deixará de ter necessidade de andar atrás dos documentos porque, desde que seja permitido o consentimento, aqueles estarão todos ali concentrados. Além do mais, continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, as próprias entidades públicas podem ter acesso a documentos públicos, como certidões de não dívida; escrituras; extratos bancários; etc. No fundo, é o arquivo do empresário que fornece o acesso a quem quiser. Se o governo entender não pôr o projeto em prática, a Ordem terá de arranjar meios para o fazer, seja em conjunto com associações, seja, até, através do recurso ao financiamento, não desistindo do mesmo. Ainda assim, a Ordem espera poder concretizar o projeto até final de 2026, por ser o único que poderá dar o caminho. Posteriormente, a inteligência artificial deve trabalhar os dados e tratar da informação diária atempadamente, otimizando os dados, permitindo a orçamentação e as projeções, e disponibilizá-los com um clique. Esta é a grande aposta para o ano de 2026, afirmou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Adiantou, igualmente, que no final de 2025 a Ordem conta com 72.179 membros e em 2026 serão cerca de mais 1.500.

Continuando a sua intervenção a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, informou a AR de que, quanto às questões concretas, a Ordem propõe-se adquirir um imóvel nas proximidades da sede, para atividades de formação, eventos, serviços de *catering* e apoio ao auditório. O edifício colado ao auditório, está à venda e, é do conhecimento público que, em Lisboa há alguns problemas com a dimensão do auditório, em ter capacidade para os *caterings* e outros serviços complementares às atividades do mesmo. Aliás, muitas vezes tem de se diminuir a capacidade máxima do nosso auditório, para depois haver, obviamente, condições para o *catering*. Acresce que, em cada formação eventual de Encerramento de Contas e de Orçamento de Estado, são realizadas 3 a 4 sessões, em virtude destes constrangimentos. Com a referida compra seria possível retirar uma das sessões. Lembrou que, com a venda

do imóvel da Av. 24 de Julho, existe capacidade financeira para comprar e, na sua opinião, seria uma ótima oportunidade, pois o dinheiro está parado e seria investido em património com utilidade para os serviços prestados aos membros. Acrescentou que, o espaço, com dois andares, estava à venda já há algum tempo, por 1.600.000 euros e a Ordem, na ocasião, apresentou uma proposta inicial de 800.000 euros, que foi um bocadinho mal recebida. O vendedor contrapôs com 1.300.000 euros e a Ordem respondeu que não poderia comprar por um valor superior a 1 milhão de euros. Após algum tempo e insistência a proposta foi aceite, pelo que, se for aprovado o plano de atividades e orçamento, o negócio será concluído na próxima semana, rematou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. ---- De seguida a Sr.<sup>a</sup> Bastonária informou de outro projeto será a criação do Serviço de Consultas de Medicina Geral e Familiar e Psicologia em modelo online, acrescentando que, antes da pandemia, havia o projeto de disponibilizar consultas médicas nas delegações, aos contabilistas certificados que acabou por se extinguir, porque os preços dispararam e as condições não eram propícias à continuidade do mesmo. A Ordem pretende agora, acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, recuperar o plano de um modo diferente, para consultas de Medicina Geral e Familiar e também Psicologia, que será sustentável, isto é, sem custos muito elevados e acrescentou também que, este projeto não estará concretizado até final do ano, porque é necessário criar uma infraestrutura informática que garanta a segurança da informação sobre os dados clínicos dos contabilistas certificados. As consultas, esclareceu, serão todas em modelo *online*, para, desse modo, ser disponível para todos os contabilistas certificados.-----

A seguir a Sr.<sup>a</sup> Bastonária anunciou que, finalmente, será disponibilizado o endereço de *e-mail* profissional atribuído pela Ordem dos Contabilistas Certificados aos seus membros, previsto já para o início do ano, no entanto, há ainda algumas questões a tratar relacionadas com o nome que vai estar associado porque, depois de ter sido criado, já não será possível alterar o endereço. Mais informou que este projeto foi desenvolvido internamente para contornar os custos inerentes ao mesmo se contratado a fornecedores externos.-----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária deu ainda nota de que, a Ordem vai continuar a trabalhar em conjunto com a AT para implementar a fase dois do processo relacionado com a alínea g), do artigo 75.<sup>º</sup> do Estatuto, que tem a ver com a obrigação de o contabilista comunicar à Ordem as entidades pelas quais é responsável passando a ser a instituição a participar à Autoridade Tributária, mais relembrando que, a primeira fase, respeitante aos impedimentos, foi implementada em 2025 e a segunda fase será executada durante o ano de 2026. -----

A Ordem propõe-se também a concluir o desenvolvimento e implementação das ferramentas de inteligência artificial iniciados em 2025, nomeadamente, a nível do consultório técnico, assegurou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Quando o CCLEX, que foi apresentado em setembro, já era desejável que tivesse aquela ferramenta avançada de inteligência artificial, mas não foi possível porque ainda não está suficientemente afinada, referiu. Informou ainda que, também esta ferramenta foi desenvolvida internamente, em virtude dos custos, quer o processador, quer a criação do algoritmo, devendo ser, previsivelmente, lançada no congresso, pois, só estará concluída no final do primeiro semestre, início do segundo. Será uma ferramenta de secretaria virtual do contabilista certificado, em que poderão ser gravadas as reuniões, ter agendamento de reuniões, enviar *emails* automáticos para os clientes, isto com vista quer à organização, principalmente, dos pequenos escritórios de contabilidade, constituindo uma mais-valia para quem tem menos apoio administrativo, quer a melhorar a qualidade de vida e gestão do tempo de trabalho dos contabilistas certificados.

---

A seguir, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária informou a Assembleia de que em 2026 será elaborado o regulamento dos cursos de especialidades, dotando-o de mecanismos que apoiem a entrada de novos especialistas, isto no âmbito dos Colégios de Especialidade que, juntamente com o do Controlo de Qualidade são os dois regulamentos ainda não implementados desde a vigência do novo Estatuto e serão questões a merecer desenvolvimento em 2026. Mais garantiu que, a Ordem continuará a trabalhar para a alteração da regulamentação do SAF-T e também que, a Ordem irá criar um observatório de transparência e funcionamento dos portais públicos para monitorização e reporte permanente dos mesmos porque, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, é fundamental monitorizar as situações de falta de acesso aos portais para se arranjarem soluções. Além do mais a Autoridade Tributária e a Segurança Social, tal como a Ordem e vários organismos públicos são constantemente atacados, principalmente nos fins dos prazos de apresentação de declarações, daí que se criem maiores obstáculos relacionados com a segurança, o que gera limitações no fluxo normal do tráfego e, nesse sentido, advém a necessidade do fator de dupla autenticação. Ainda relativamente à Segurança Social, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária acrescentou que, se encontra em curso a implementação de um novo modelo de simplificação do ciclo contributivo, implicando alterações nos procedimentos habituais. Referiu que será necessário um período de adaptação por parte dos contabilistas certificados, assegurando que a Ordem acompanhará o processo, prestando apoio aos profissionais e intervindo junto das entidades competentes para minimizar

constrangimentos e potenciar os benefícios das mudanças. Quanto ao Livro da Contabilidade Financeira, assegurou que, foi um projeto muito desejado, estando cerca de metade dos 55 mil livros impressos já distribuídos graças à ajuda de todos os Srs. Representantes, que os fizeram chegar ao destino. Mais, disse que o livro será promovido em conferências, ações de sensibilização e outras iniciativas, para que todos os contabilistas certificados o tenham. Respondendo a uma pergunta muito repetida, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu que o livro não tinha sido remetido por correio em virtude do elevado custo e do facto de os contabilistas certificados, muitas vezes, não terem a sua morada atualizada, o que faria com que muitos fossem devolvidos e assim houvesse duplicação de despesas. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária informou ainda que, na sequência das sugestões apresentadas no âmbito do Orçamento Participativo, foram identificadas como prioridades transversais a promoção da literacia financeira e o reforço da atração, integração e retenção de jovens talentos na profissão. Nesse sentido, a Ordem prevê dedicar especial atenção a estudantes, jovens profissionais e recém-inscritos, através da implementação de um programa nacional que promova maior proximidade entre contabilistas mais experientes e os novos membros, facilitando a sua integração e valorizando a responsabilidade inerente ao exercício da profissão. Referiu igualmente a necessidade de assegurar a renovação geracional da classe, atendendo ao envelhecimento significativo do universo de profissionais, salientando que os investimentos realizados nos anos anteriores produziram resultados positivos, devendo, por isso, ter continuidade. Mais, disse que a Ordem continuará a apostar num vetor estratégico, que é a dedicação e a implementação de planos de formação e, nesse âmbito, o plano para o ano de 2026 já estava disponível, com um variado leque de formações, como as presenciais, as online, as segmentadas, as reuniões livres, as 3 a 4 eventuais, em 31 locais distintos, as *plug-ins*, os *e-learnings*, o descomplicar na hora e, um modelo que se renomeou de “*Just In Time*”, que são as formações presenciais a pedido ou à medida. Quanto a estas últimas, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária acrescentou que, desde que se reúna um grupo de 20 pessoas, nas sedes de distrito onde existam representações da Ordem ou numa qualquer outra localidade ou até nos próprios escritórios de contabilidade, é possível agendarem-se formações neste formato, havendo já disponíveis um conjunto de 20 temas, mas que, a matérias para estas formação não se esgotam apenas nesses temas, porque qualquer matéria pode ser adaptada à “*Just In Time*” e terá a vantagem de ser presencial e na data mais conveniente para os que pretendam participar. Também assegurou que, o software TOConline terá muitos desenvolvimentos

para o ano de 2026, com, obviamente, a integração e a maximização da inteligência artificial na própria ferramenta, apostando-se também muito, através dessa ferramenta, na relação entre o cliente e o contabilista certificado, como meios de comunicar, minimizando os tempos de resposta. -----

Em termos de eventos, a Sra. Bastonária anunciou que, está prevista a realização do Encontro/Festival dos Contabilistas Certificados, em novembro; o 8.º Congresso dos Contabilistas Certificados, entre dia 21 e 23 de setembro; a festa de Natal em dezembro e o V Congresso Internacional de Contabilidade Pública, que vai ser entre dia 19 e 20 de março em Mirandela, fazendo jus à descentralização. -----

Mais, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que o orçamento de 2026 foi bastante participativo, contudo muitas das propostas já haviam sido acolhidas na Ordem, verificando-se algum desconhecimento por parte dos membros, mas que a maior parte incidiu sobre a literacia financeira e programas para captação de jovens contabilistas os quais, reiterou, já se encontravam integrados no plano de atividades. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu ainda, como iniciativa nova a desenvolver, a elaboração de um Anuário Financeiro da Saúde, à semelhança do já consolidado Anuário dos Municípios, cujo impacto tem sido muito positivo na promoção da transparência, da qualidade da informação financeira e na melhoria das práticas de gestão pública local. Explicou que o objetivo será analisar e divulgar informação económico-financeira relativa ao setor da saúde pública, designadamente contas de hospitais e demais entidades do setor, contribuindo para maior clareza e conhecimento sobre os custos e recursos envolvidos. Considerou tratar-se de um projeto relevante para o escrutínio público e para os cidadãos em geral, manifestando a expectativa de que as entidades competentes colaborem e acolham esta iniciativa. -----

Prosseguindo os trabalhos, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária apresentou as contas previsionais para 2026, enquadrando a análise financeira no plano de atividades previamente exposto e referindo que a demonstração de resultados ora submetida à apreciação refletia, de forma direta, as opções estratégicas, operacionais e de investimento definidas para o próximo exercício.

Para melhor desenvolvimento da exposição e facilitar a leitura e acompanhamento por parte dos presentes, recorreu a uma apresentação gráfica em suporte *PowerPoint*, convidando a Assembleia a observar os quadros e indicadores fundamentais que ia projetando e destacando, de modo a tornar mais clara a estrutura das rubricas de rendimentos, gastos e investimentos. -----

Começou por contextualizar a evolução do orçamento, recordando que o exercício de 2025 assentou num valor global próximo dos 27.000.000€, prevendo-se para 2026, referindo-se a rendimentos, as rubricas de vendas e serviços que somam um montante de 26.566.575€ a que acresce a verba de 1.900.000€ respeitante a trabalhos para a própria entidade, rubrica que reconheceu suscitar, por vezes, dúvidas ou interpretações menos claras, razão pela qual entendeu explicá-la com maior detalhe.

Esclareceu que aquele montante decorre da política de internalização progressiva de competências técnicas adotada pela Ordem, designadamente no desenvolvimento de soluções informáticas, com particular incidência no TOConline, sendo os correspondentes custos capitalizados como ativos intangíveis gerados internamente, nos termos previstos na norma contabilística aplicável às entidades do setor não lucrativo. Referiu, inclusive, os procedimentos contabilísticos associados a este reconhecimento, sublinhando tratar-se de uma prática técnica enquadrada pelas regras vigentes e não de qualquer expediente extraordinário, mas antes do reflexo do investimento interno em desenvolvimento tecnológico.

Passando à análise dos gastos, destacou o aumento continuado das despesas com pessoal, explicando que tal resulta não só do reforço do número de colaboradores ao serviço da Ordem, necessário para assegurar a crescente atividade e qualidade dos serviços prestados, mas também da pressão generalizada sobre as remunerações no mercado de trabalho, num contexto de escassez de recursos qualificados e de subida significativa dos salários. Observou que esta é uma realidade transversal às organizações e que a Ordem, procurando manter equipas competentes e estáveis, não pode alhear-se dessa conjuntura, sendo esta uma das rubricas com maior peso estrutural no orçamento.

Referiu igualmente que, do lado dos rendimentos, a previsão total ascende a 28.720.000€, mantendo-se as prestações de serviços – onde se inclui o TOConline – como a principal fonte de receita, seguidas dos já mencionados trabalhos para a própria entidade. Quanto a gastos, destacou os fornecimentos e serviços externos, que constituam a ser a maior rubrica de despesa, esclarecendo que grande parte destes encargos é variável, dependendo do volume de iniciativas desenvolvidas, como ações de formação e outras atividades, ajustando-se, por isso, ao nível de execução do plano.

Não obstante, salientou a sua particular preocupação com os custos associados aos seguros, em especial os seguros de saúde e de responsabilidade civil, cujo crescimento tem sido significativo e menos controlável. A este propósito, apresentou a evolução histórica do seguro de saúde que passou de 873.000€ em 2018, para 2.734.000€ na

atualidade, com aumentos anuais muito expressivos, por vezes na ordem do meio milhão de euros. Considerou esta trajetória difícil de sustentar a médio prazo, alertando que cerca de 30% das receitas provenientes das quotas é atualmente absorvido por encargos com seguros, o que limita a capacidade de afetação de recursos a outras áreas e serviços prestados aos membros, entendendo ser matéria que merece reflexão coletiva.-----

No que respeita ao plano de investimentos, indicou que se manterá uma forte aposta na modernização tecnológica, com novos desenvolvimentos informáticos previstos, os quais se refletem igualmente na rubrica de trabalhos para a própria entidade. Acresce a intenção de adquirir um novo espaço em Lisboa, reforçando o património imobiliário da Ordem. Sublinhou que estes investimentos têm sido concretizados com recurso exclusivo a meios próprios, sem necessidade de endividamento adicional. -----

Neste âmbito, evidenciou a evolução positiva da estrutura financeira, referindo que, desde 2018, o passivo financeiro foi reduzido em cerca de 73%, estimando-se que, em 2026, essa rúbrica se situe em montante próximo de 2.663.000€, valor que considerou residual face à dimensão da instituição. Acrescentou que a Ordem mantém uma reserva financeira próxima dos 5.000.000€, resultante da alienação de património, concretamente, do edifício da Av. 24 de julho, defendendo que a sua aplicação em investimentos com retorno, nomeadamente imobiliários, constitui uma gestão mais eficiente do que a simples manutenção de disponibilidades. -----

Assinalou ainda que o orçamento foi elaborado segundo critérios de prudência e sustentabilidade, procurando equilibrar o reforço dos serviços prestados aos membros com a necessidade de controlo dos encargos fixos, num contexto de crescente exigência regulatória, tecnológica e operacional. Sublinhou que a estratégia financeira da Ordem privilegia a autonomia, a redução do risco e a capacidade de resposta a imprevistos, evitando dependência de financiamento externo e assegurando estabilidade a médio e longo prazo.-----

Relativamente ao resultado líquido previsional para 2026, informou que o mesmo se apresenta próximo do equilíbrio, explicando que tal se deve, em grande medida, ao impacto financeiro do Congresso, evento preparado para cerca de 6.000 participantes e que envolve custos logísticos significativos, designadamente com infraestruturas técnicas, equipamentos audiovisuais, apoio operacional e serviços de *catering*, tradicionalmente as componentes mais onerosas. Acrescentou que a eventual venda do imóvel da Gago Coutinho não foi considerada nas previsões, por não existir garantia de

concretização, apesar de se manterem esforços nesse sentido, preferindo adotar uma estimativa conservadora das receitas. -----

Concluiu referindo que as contas apresentadas espelham uma gestão responsável, orientada para o investimento contínuo na modernização da Ordem e na valorização dos seus serviços, procurando assegurar que os recursos dos membros sejam aplicados com critério e transparência, reiterando, por fim, a sua disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos adicionais que a Assembleia entendesse necessários. -----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR questionou o Sr. Presidente do Conselho Fiscal se pretendia usar da palavra para acrescentar alguma coisa, tendo aquele afirmado nada ter a declarar.-----

De seguida Sr. Presidente do MAR questionou se algum dos Srs. Representantes pretendia usar da palavra. Inscreveram-se, para se pronunciarem, os Srs. Representantes Pedro Nuno Bastos Lima, CC 43050, do círculo eleitoral de Aveiro, Ricardo Jorge Silva Soares, CC 90328, do Círculo Eleitoral do Setúbal, Armando Jorge de Barros e Silva Machado, CC n.º 35374, Círculo Eleitoral de Porto e Carlos Manuel Pera Nunes, CC 21009, do Círculo Eleitoral de Faro. -----

No uso da palavra o Sr. Representante Pedro Lima, dirigiu cumprimentos ao Presidente da MAR, à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, aos restantes Órgãos Sociais, colegas presentes e participantes à distância. -----

Referiu que, não tendo inicialmente previsto intervir, se sentiu motivado a fazê-lo após a apresentação efetuada pela Bastonária, em particular pelos diapositivos exibidos, que, segundo afirmou, lhe transmitiram grande confiança e entusiasmo quanto ao rumo estratégico da profissão. Manifestou apreço pelo conteúdo apresentado, solicitando inclusive a partilha dessa informação, por considerar que a mesma traduz uma visão positiva e estruturante para o futuro dos contabilistas certificados. -----

Sublinhou a sua convicção no potencial e na relevância da profissão, defendendo uma evolução assente na disponibilização direta e integrada da informação, de forma acessível à sociedade, sem necessidade de procedimentos redundantes ou tarefas repetitivas por parte dos profissionais. Entendeu que a modernização tecnológica e a automatização de processos poderão libertar uma parte significativa do trabalho operacional, permitindo aos contabilistas concentrarem-se em funções de maior valor acrescentado, como o apoio à gestão, o acompanhamento estratégico dos empresários e a consultoria.-----

Assinalou, nesse contexto, a importância de transmitir uma mensagem de confiança, motivação e esperança à classe, observando que, ao longo da Assembleia, escutara sobretudo preocupações e dificuldades, quando, no seu entender, também importa reforçar a perspetiva de progresso e de valorização da profissão. Considerou que a visão apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Bastonária contribui para esse sentimento de renovado otimismo e apelou a que tal mensagem seja amplamente divulgada junto dos colegas. -----

Por fim, aproveitou a ocasião para felicitar a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e o Conselho Diretivo pela forma como foi conduzido o recente processo relativo aos impedimentos de alguns profissionais, classificando-o como delicado, mas gerido com proximidade e eficácia. Relatou situações concretas em que, após contacto com os serviços da Ordem, os colegas viram as suas questões resolvidas com celeridade, em alguns casos em poucos minutos, o que, no seu entender, demonstrou a capacidade de resposta e o apoio efetivo prestado aos membros. Concluiu agradecendo o trabalho desenvolvido pelos órgãos da Ordem e formulando votos de Boas Festas a todos os presentes. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Pedro Lima e, de imediato, deu a palavra ao Sr. Representante Ricardo Jorge Silva Soares, CC 90328, do Círculo Eleitoral do Setúbal. -----

O Sr. Representante Ricardo Soares, apresentou cumprimentos ao Sr. Presidente da MAR, à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, aos restantes membros dos Órgãos Sociais e a todos os colegas, transmitindo igualmente uma saudação dos contabilistas certificados do distrito de Setúbal. -----

Continuando, referiu em análise do PAO para 2026 que este ocorre num contexto de rápidas transformações tecnológicas e informacionais, que impõem aos profissionais uma permanente adaptação e preparação para exigências cada vez mais complexas e imediatas. Neste enquadramento, destacou a relevância das medidas propostas, designadamente no que respeita ao “Contabilista 3.0”, considerando que as mesmas contribuem para a valorização da profissão e para a modernização e transformação digital dos serviços disponibilizados aos membros. -----

Sublinhou que a sustentabilidade e o sucesso da profissão dependem da capacidade de acompanhar estas mudanças, entendendo que os meios financeiros previstos no orçamento são adequados e suficientes para concretizar os objetivos delineados. Considerou tratar-se de um orçamento equilibrado, transparente e assente no rigor das contas, constituindo um instrumento essencial para a prossecução da atividade da Ordem.

Concluiu declarando o voto favorável dos Representantes de Setúbal ao PAO apresentado, formulando ainda votos de Boas Festas e de um próspero Ano Novo a todos os colegas.-----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Ricardo Soares e deu a palavra ao Sr. Representante Armando Jorge de Barros e Silva Machado, CC 35374, do Círculo Eleitoral do Porto.-----

O Sr. Representante Armando Machado iniciou a sua intervenção dirigindo cumprimentos formais ao Presidente da MAR, à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, aos Presidentes dos diversos Órgãos e a todos os membros presentes e participantes, assinalando, em tom ligeiro, a exiguidade do tempo disponível para abordar matéria de tal relevância.-----

Entrando na análise do PAO, informou que o grupo do Porto votaria favoravelmente o documento, sustentando essa posição, desde logo, na confiança transmitida pela mensagem inicial da Sr.<sup>a</sup> Bastonária e pelo compromisso assumido pelo Conselho Diretivo quanto à defesa do interesse público da profissão, à valorização dos contabilistas certificados e à manutenção de serviços de qualidade e relevância para os membros. Considerou que o percurso já realizado pela atual direção constitui um sinal de credibilidade e uma garantia de cumprimento desses objetivos.-----

Destacou, de seguida, os vetores estratégicos apresentados, manifestando concordância com a sua definição e orientação. Salientou particularmente o conceito de “Contabilista 3.0”, entendendo que o mesmo poderá representar uma verdadeira transformação estrutural da profissão, através da adoção de novas ferramentas tecnológicas e da modernização dos processos, perspetivando-se como uma autêntica evolução do modelo atual de exercício profissional. Referiu ainda a importância das iniciativas associadas à criação de centrais de dados e de consentimento, que poderão contribuir para libertar os profissionais de tarefas repetitivas e permitir uma atuação mais qualificada e estratégica ao serviço das empresas, da economia e da sociedade.-----

Realçou igualmente o reforço da qualificação, da formação e da valorização da profissão, bem como a aposta na transformação digital e na inovação, considerando que estas medidas surgem articuladas entre si e respondem às exigências crescentes de competências técnicas, especialização e domínio de novas ferramentas, ao mesmo tempo que acautelam os receios de alguns colegas quanto ao acompanhamento e apoio nesta fase de mudança.-----

Por fim, no plano orçamental, sublinhou o compromisso com a transparência, o rigor na gestão e o controlo das despesas, recordando os resultados alcançados nos últimos anos, designadamente, rácios de solvabilidade positivos, reforço da autonomia financeira, diminuição do passivo e do endividamento, aumento dos ativos e fundos patrimoniais e sucessivos resultados líquidos positivos, com exceção de 2022. Em face destes elementos, reiterou a confiança na proposta apresentada e confirmou o voto favorável do grupo do Porto ao PAO para 2026. -----

O Sr. Presidente da MAR agradeceu ao Sr. Representante Armando Machado e deu a palavra ao Sr. Representante Carlos Manuel Pera Nunes, CC 21009, do Círculo Eleitoral de Faro. -----

O Sr. Representante Carlos Nunes começou por cumprimentar o Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, o Conselho Diretivo, os restantes Órgãos Sociais, os membros da Assembleia Representativa e todos os colegas presentes e a acompanhar a sessão à distância.-----

Após análise do PAO para 2026, referiu que o documento evidencia uma visão clara, ambiciosa e estruturada para o futuro da profissão, destacando, em particular, a aposta no conceito de “Contabilista 3.0”, assente nos três vetores estratégicos apresentados: modernização tecnológica com integração de soluções de inteligência artificial, reforço da qualificação e valorização profissional e transformação digital com melhoria dos serviços prestados aos membros. -----

Sublinhou a importância da formação contínua, do acesso facilitado à profissão e da atração de novos talentos, salientando como positivas as medidas de formação gratuita, a criação da plataforma “OCC Talento” e iniciativas como o programa “Ser CC por um dia”, que considerou fundamentais para aproximar os jovens da profissão e reforçar a sua relevância social. -----

No plano financeiro, assinalou que o orçamento apresenta rendimentos previstos de cerca de 28,7 milhões de euros e gastos de 28,1 milhões, evidenciando equilíbrio e sustentabilidade, sustentados por uma política de rigor, transparência e divulgação regular das contas. Destacou ainda a continuidade do investimento no TOConline e noutras soluções tecnológicas como medidas coerentes com os objetivos estratégicos da Ordem, bem como a necessidade de prosseguir a regulamentação do Contabilista Certificado Público e a simplificação administrativa e fiscal. -----

Concluiu manifestando confiança no documento apresentado, por refletir visão, responsabilidade e compromisso com os membros e com o interesse público, declarando o seu voto favorável ao PAO e endereçando votos de sucesso e união a todos os colegas para o próximo ano.-----

Terminadas as intervenções, O Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, caso pretendesse acrescentar alguma coisa.-----

No uso da palavra, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu que apenas queria responder ao Sr. Representante António Nabo sobre a questão da sustentabilidade. Explicou que o projeto “Contabilista 3.0” será a ferramenta fundamental para otimizar a gestão do tempo dos profissionais, permitindo-lhes focar-se na elaboração de relatórios não financeiros e em processos de sustentabilidade, área que assumirá particular relevância no plano de ação para o ano de 2026. -----

Sobre esta matéria, a Sr.<sup>a</sup>. Bastonária justificou a cautela anterior da Ordem devido à complexidade da transposição das diretivas europeias, afirmando que, com a atual simplificação do quadro normativo, estarão reunidas as condições para avançar. No que respeita à infraestrutura tecnológica, descreveu o funcionamento da Central de Dados, enfatizando que a peça-chave para o sucesso e para a confiança dos empresários reside na Central de Consentimento, a qual garantirá o controlo rigoroso do acesso à informação. A fechar a sua intervenção, a Bastonária enunciou o lema estratégico para este processo: “*Simplificar os processos para libertar o talento*” e concluiu desejando boas festas a todos os presentes.-----

Tendo em consideração que ninguém mais manifestou intenção de intervir, o Sr. Presidente da MAR agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Bastonária e informou que se iria proceder à votação, para tal solicitou aos Srs. Representantes que estavam a participar telematicamente para, nesse momento, acederem ao email que tinham recebido e votarem, bem como, também, de imediato, iria decorrer a votação em sala. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da MAR colocou à votação o **ponto 4 (quatro) da ordem do dia, Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026**.-----

Decorrida a votação, o Sr. Presidente da MAR comunicou à Assembleia que, participaram na votação, presentes e representados, 84 Srs. Representantes, tendo o **ponto 4 (quatro) da ordem do dia, Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026**

sido aprovado por unanimidade, com oitenta e quatro votos a favor, sem votos contra e sem abstenções.-----

Já no âmbito do **ponto 5** (cinco) **da ordem do dia**, *Leitura e votação da minuta da ata*, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Secretária Isabel Alves, para proceder à leitura da minuta da ata.-----

Colocado à votação o **ponto 5** (cinco) **da ordem do dia**, *Leitura e votação da minuta da ata*, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com oitenta e quatro votos a favor, sem votos contra e sem abstenções.-----

O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu, quer aos presentes, a normalidade, urbanidade e elevação com que decorreram os trabalhos, quer a todos os colaboradores da Ordem que se envolveram diretamente na organização da reunião e, desejando um Santo Natal e um Feliz Ano Novo a todos, deu por encerrada a sessão, eram dezoito horas e vinte e três minutos. -----